

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete da Presidência**

**RESOLUÇÃO-GP Nº 67, DE 4 DE JULHO DE 2024.**

Código de validação: 7173941037  
RESOL-GP - 672024  
( relativo ao Processo 395682024 )

Dispõe sobre a suspensão da 5ª (quinta) edição da certificação Selo Verde, ano-base 2024, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 699 do [Regimento Interno](#),

**CONSIDERANDO** a [Resolução-GP nº 63, de 01 de outubro de 2019](#), que instituiu a certificação de Setor Selo Verde, para as unidades jurisdicionais e administrativas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

**CONSIDERANDO** a [Resolução-GP nº 28, de 22 de abril de 2024](#), que instituiu o Almoxarifado Virtual como modelo estratégico de gestão para a aquisição e fornecimento de materiais de consumo administrativo, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

**CONSIDERANDO** a fase transição entre o modelo vigente e a completa implantação do Almoxarifado Virtual;

**CONSIDERANDO** a Exposição de Motivos feita através do MEMO-DAM-642024 demonstrando os resultados das últimas edições do Selo Verde e a ampliação exponencial de ganhos na gestão racional e sustentável dos recursos materiais com a implantação do Almoxarifado Virtual;

**CONSIDERANDO** a deliberação unânime da Comissão Gestora do Selo Verde (CGSV) pela suspensão da certificação no ano de 2024, conforme reunião realizada em 21 de maio de 2024, para assegurar a implementação adequada do Almoxarifado Virtual;

**RESOLVE**, *ad referendum* do Órgão Especial:

Art. 1º Suspender a 5ª (quinta) edição da certificação Selo Verde, referente ao ano-base 2024 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Art. 2º Durante o período de suspensão, serão realizados estudos e análises pela Comissão Gestora do Selo Verde (CGSV) e Divisão de Administração de Material visando a reestruturação dos critérios de certificação, a implementação de novas diretrizes para o programa.

Art. 3º O retorno do programa ocorrerá a partir da definição das novas metas que deverão ser publicadas até o dia 07 de janeiro de 2025 observando o que dispõe a [Resolução-GP nº 67, de 24 de novembro de 2016](#).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete da Presidência**

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em  
São Luís, 4 de julho de 2024.

**Desembargador JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO**  
**Presidente do Tribunal de Justiça**  
**Matrícula 140558**

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 05/07/2024 16:52 (JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO)

